

*De Igaedo à Senhora do Almotão –
Um livro ingénuo e bem intencionado*

Foi apresentado em Lisboa, no passado dia 26 de Janeiro, o livro *De Igaedo à Senhora do Almotão*, da autoria de Joaquina Salgueiro da Silva Celestino, edição da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, com data de 2012 e ISBN 978-972-8285-68-5 [Fig. 1].



Fig. 1

Em «Aos leitores», texto datado de Julho de 2009, explica a Autora como lhe surgiu a ideia de escrever este livro. Aluna de D. Fernando de Almeida na Faculdade de Letras de Lisboa na década de 60, sendo natural de Idanha (nasceu em 1946), cedo se deixou entusiasmar por esta sequência cultural que radica na veneração romana pela divindade indígena *Igaedus*, cujo ex-voto [Fig. 2], dedicado por *Caetronia Vitalis*, fora identificado pelo seu professor, justamente perto do santuário à Senhora do Almortão, o que, de resto, motivara de imediato, por parte de D. Fernando de Almeida, essa aproximação de cultos, explicável, naturalmente, por o próprio lugar ter em si algo que se poderia considerar fora do habitual, aquilo a que os Romanos chamariam o *Genius loci*, o «Génio do Lugar». Aquele «sempre foi, desde o princípio dos tempos, “um lugar sagrado”», conclui.



Fig. 2 [© Cliché de J. d’E.]

De 176 páginas, tem o livro «introdução» do Padre Adelino Américo Lourenço, prior de Idanha-a-Nova, que salienta como o culto à Senhora do Almortão está visceralmente entranhado na «alma do Povo da Idanha».

Divide-se a obra em duas partes mui distintas. Demonstra-se, na primeira, «Água Murta – um lugar sagrado», a sacralidade do lugar (p. 11-63); dá-se conta, na segunda, de todo um repertório poético – que facilmente integráramos na esfera do património imaterial – relativo à Senhora do Almortão.

Formada em História, docente de História e de Português ao longo da vida, Joaquina Celestino dedica, pois, essa primeira parte a amplas considerações de ordem histórica, linguística e etnológica para mostrar a originalidade não apenas das gentes de Idanha mas de tudo o que sobremaneira as caracteriza, como é esse culto mariano, elemento agregador, por excelência, ao longo dos tempos e desde as mais remotas eras, e o próprio adufe, instrumento musical que, de certo modo, lhes pauta o viver quotidiano.

Um livro ingénuo

«Ingénuo» foi uma das primeiras palavras que me ocorreu para caracterizar o volume, dando à palavra o seu significado concreto, sem qualquer laivo depreciativo. Por a Autora ter aproveitado a circunstância para publicar as suas pinturas a pastel plenas de ingenuidade, totalmente integráveis no que vulgarmente se designa por pintura «naïve»? Não duvido que também isso pesou na minha classificação. Aliás, perpassa por toda a maquetização essa ingenuidade, a denunciar a inexistência por perto de um gráfico, de um revisor (escreve-se, na p. 163, que *Igaeditanorum* equivale a dizer «da tribo lusitana dos Igaedus»!...) ou de uma pessoa com alguns conhecimentos de edição: os mapas, de tão pequenos, resultam ilegíveis; em contrapartida, a título de exemplo, o desenho do jarro (que, com a devida vénia, reproduzo – Fig. 3) identificado como «objecto egípcio» ocupa toda a pág. 29. Houve grande preocupação em tudo ilustrar quer por meio de desenhos – os tais desenhos a pastel, *naïfs* – quer, sobretudo, com fotografias, que são dezenas, umas claramente da autora, outras retiradas de livros, mas sem indicação de proveniência.



Fig. 3

Integra-se *Igaedus* no rol das divindades que temos designado de indígenas, por somente estar atestado o seu culto em local determinado e ostentarem designação nitidamente pré-romana. Ora aqui reside toda a problemática em torno da qual Joaquina Celestino se situa na I parte do seu livro, tomando como base da argumentação autores que apontam, por exemplo, para a existência de uma língua lusitana (sem aspas), mui provavelmente derivada de um idioma proveniente do Médio Oriente.

Essa eventual ‘proximidade’ com o Médio Oriente leva-a, designadamente, a salientar a existência de um culto à Deusa-Mãe e, de modo muito especial, à deusa egípcia Ísis.

Como se sabe, a fonte primordial para o conhecimento desses cultos durante o período romano são as epígrafes, os ex-votos que os fiéis mandavam fazer em reconhecimento por um favor recebido. Que se conheça, não há, na epigrafia da *civitas Igaeditanorum*, um testemunho do culto a essa divindade, que, a nível do Império Romano e na Lusitânia, era divindade especialmente querida por gentes urbanas, ligadas aos negócios. Encontramo-la atestada em *Bracara Augusta*, em Alcácer do Sal (*Salacia*), em Beja (*Pax Iulia*), em ambientes assaz cosmopolitas, como acontece, de resto, com esses cultos místéricos. A Grande Mãe dos Deuses era Cíbele, também de origem oriental – e desta igualmente se não têm testemunhos na Idanha romana.

Compreende-se, pois, que, não estando muito à vontade nestas temáticas, a Autora facilmente se deixe levar pelo seu sentimento e lhe saiam, ao correr da pena, frases como esta:

«Por todo o decadente Império Romano se assistiu ao «êxito histórico» da transformação dos cultos a Cíbele, a Afrodite, a Vénus, a Múrcia e outras deusas pagãs que mais não eram do que diferentes faces de Ísis, no culto a Maria, Nossa Senhora e Nossa Mãe» (p. 35).

Deixemos de lado o facto de Vénus e Afrodite serem a mesma divindade, Vénus o nome latino, Afrodite o nome grego; e Múrcia, uma das designações sob que Vénus foi invocada, relacionada com o facto de a murta ser planta a ela consagrada, como o fora a Afrodite. Juntar todos esses cultos sob a «capa» de Ísis e partir desta para o culto a Nossa Senhora torna-se deveras aliciante, mas... não carecerá de comprovação? Não se poderá ver aqui o eco de pregações antigas em que se procurava demonstrar como, afinal, os rostos podem mudar mas a essência não muda? Como interpretar a afirmação «A Grande deusa dos egípcios esteve por muito tempo em nosso solo» (p. 32)? Mormente se levarmos em linha de conta que, logo de seguida, se cita Jean-Paul Bourre, autor do *Dicionário Templário*: «Os Templários a reverenciavam sob o nome de Mãe Natureza e, depois, sob o nome de Nossa Senhora»...

Debruça-se Joaquina Celestino sobre a etimologia do topónimo Almortão, que também escreve Almotão e Almortão. Considera que «parece aceitar-se ter origem em murtão, a moitão ou moutão ou, ainda, moita de murta» (p. 38). Dá impressão que aceita essa derivação a partir do nome da planta, quiçá abundante no local e à qual, por tradição, se atribuem propriedades terapêuticas e não desprovidas também de um certo halo esotérico; contudo, adverte logo a seguir: «Espero por último que não optem pela velha tese de “começa por AL, é de origem árabe” mesmo quando referenciam nomes muito anteriores às influências desse povo no nosso território. Ousem olhar mais além...» (p. 42). De facto, na página anterior, faz referência ao termo «**muttam**», da língua tamul do Sul da Índia, um idioma da família do indo-europeu (afirma), vocábulo que teria sido «transposto para o português como “**moutão**”(lugar onde há moitas, isto é, tufos de vegetação)»; e alude ao termo «**mottam**» do germânico antigo, com o significado de «lugar alto, monte de terra»; e, ainda, ao provençal «**moutton**». Uma incursão, reconheça-se, deveras sinuosa, quando se nos afigura normal que, tal como moitão é um lugar de moitas, murtão seja um lugar de murtas. Quanto ao prefixo al-, equivalente ao artigo definido ‘o’, ele foi aplicado pelos árabes a tudo o que era nome concreto, quer de objectos, quer de topónimos, independentemente da etimologia da palavra e da sua filiação neste ou naquele ‘estrato linguístico’. Por conseguinte, em meu entender, não carecemos de vaguear pelo Médio Oriente nem seguir pelo Malabar para se compreender que a designação de Almortão (com **o** ou com **u**) detém um significado físico relacionado com o específico revestimento vegetal do lugar – sacralizado ou não que ele seja.

Parece desconhecer a Autora o que nesse domínio da religiosidade pré-romana se tem investigado, um domínio, aliás, controverso e erizado de não poucas dificuldades. Embrenhar-se assim ligeiramente por elucubrações de ordem filológica, num terreno hoje basto palmilhado pelos investigadores, que, inclusive, periodicamente se reúnem nos colóquios sobre línguas e culturas páleo-hispânicas (em Valência, decorreu, no passado mês de Outubro de 2012, o XI da série, iniciada em Salamanca, em Maio de 1974), perdoar-me-á a Autora, mas é, no modo como discreiteia, ingenuidade que, todavia, se compreende, atendendo à bibliografia a que teve acesso.

Um livro bem intencionado

A obra detém, no entanto, um interesse e uma actualidade flagrantes quando a encaramos como repositório do que se denomina «património imaterial»: as crenças, as festividades, a poesia popular... enfim, a alma de um povo nessas manifestações bem retratada.

Foi, pois, intenção da Autora dar a conhecer não apenas o que era hábito fazer-se em louvor da Senhora do Almortão, práticas prenes de tradição e de religiosidade, mas também as «novas quadras» que a devoção à Senhora lhe inspiraram a ela e a outros também, verdadeiros «cantares de romaria», na peugada da ancestral inspiração enraizada nas trovas medievais, eco, quiçá, das *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X, de Castela. Um cancionero que, desta forma, aqui se deixa impresso em letra de forma, para que se não perca: «os louvores à Virgem, a Jesus e aos Santos; as preces, os agradecimentos, mas também os namoros, as flores, as árvores, os animais, as fontes, o ambiente que rodeia a ermida e até o próprio tempo que fazia. Quem as canta são, de acordo com a tradição, as mulheres» (p. 72-73).

Quadras bem ao jeito popular, numa sequência a que não falta o refrão (qual coro de vetustas representações teatrais!...), que, curiosamente, «na maior parte dos casos, nada tem a ver com as quadras cantadas» (p. 73), mas se retira de uma cantiga popular em voga e que bem presente está no ouvido das cantadeiras. E sempre, sempre, a presença indispensável do adufe, instrumento sobre que a Autora tece igualmente amplas considerações, não se esquecendo de citar, na p. 60, passagens bíblicas em que esse instrumento é referido: «Maria, a profetisa, irmã de Aarão, tomou um adufe, e todas as mulheres a seguiram, com as mesmas atitudes, cânticos e danças», lê-se logo no *Êxodo* (15, 20), o primeiro livro do Antigo Testamento.

Para além do cancionero, um outro contributo deveras importante nos traz este *De Igaedo à Senhora do Almortão*: as ilustrações! Quer sejam as já referidas pinturas

naïves da Autora quer, de modo especial, o acervo imenso de fotografias, a documentarem todos os aspectos do lugar, as tábuas de milagres (pena que de reduzida dimensão...) e todos os passos das manifestações religiosas que em torno da Senhora se desenvolvem, uma Senhora cuja imagem é «de vestir» e que, por conseguinte, faz questão em envergar os mais requintados e magníficos e valiosos mantos criados pelo desprendimento dos seus devotos (Fig. 4). Bem andou, por isso, a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova em patrocinar a edição.



Fig. 4

Um grito de alerta

Não poderia, contudo, terminar esta apreciação crítica do livro de Joaquina Celestino sem me fazer eco, mais uma vez, do que já se sabia, do que se sabe, mas que... parece que continua a desconhecer-se! E há que recordá-lo, para que depressa se tomem as medidas urgentes que se impõem. Não vale a pena pensar-se na preservação do património imaterial se se esquece um outro, bem mais palpável, que é o património arqueológico.

Conta Joaquina Celestino o que sempre ouviu: «as vozes dos que trabalharam na construção do canal mestre que distribui a água da Barragem pela campina» (p. 30). Refere-se à Barragem Marechal Carmona, no rio Ponsul, inaugurada em 1946. E que contavam os trabalhadores? «Que pedaços de mosaicos e cerâmica de variegadas cores apareciam, constantemente, à frente das escavadoras; que também apareceram moedas e pequenas estatuetas; que tal sucedia, já mais recentemente, quando se lavrava a terra fosse com arados ou com tractores; que surgiam grandes potes de cerâmica...».

Trata-se de uma descrição do passado, dir-se-á, em que ainda não havia a consciencialização (nem a lei!) de que «grandes empreendimentos públicos ou privados que envolvam significativa transformação da topografia ou paisagem» (cito uma passagem da Lei de Bases do Património Cultural, a Lei nº 107-2001, de 8 de Setembro) têm forçosamente de se fazer com o devido acompanhamento arqueológico. Sim, é do passado! No entanto, o importante, o grave é o que a Autora escreve depois (p. 30), enterrando bem os dedos na ferida:

«Sei também que, ainda hoje, se apanha cerâmica pela campina fora; que continua a aparecer mosaico romano à frente dos tractores que lavram as terras e que há tambores de colunas em paredes, muitas, já em ruínas...».

E então? Vamos continuar assim?

Igaedus – divindade indígena, que deu nome aos *Igaeditani*, povo que teve cidade fundada, possivelmente no ano de 34 a. C., pelo procônsul Gaio Norbano Flaco, a *civitas Igaeditanorum*, que jaz sob o casario de Idanha-a-Velha –cedeu seu lugar à Senhora do Almortão, padroeira também ela da fertilidade agrícola da campina e da riqueza das suas apetecidas minas de ouro. Requer-se hoje que, além da protecção espiritual, uma efectiva protecção político-administrativa venha a concretizar-se.



Fig. 5

Gostaríamos que Joaquina Celestino, que até foi orientadora de estágios (daí a sua preocupação em apresentar, no final, explicações das fotos, uma cronologia e um glossário), nos houvesse proporcionado obra com maior rigor histórico, inclusive na forma de citar os autores consultados. Não teria sido despropositado que houvesse incluído na bibliografia não só o livro clássico do seu (e meu!) Mestre, D. Fernando de Almeida, *Egitânia, História e Arqueologia* (Lisboa, 1956), mas também um artigo dele que esteve, decerto, na origem do seu entusiasmo – «*Igaedus*, divindade lusitana, e a Senhora do Almortão» *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 3ª série, 8, 1964, p. 65-73 – artigo que motiva um dos seus desenhos *naïfs* (Fig. 5), mas que,

incompreensivelmente, não inclui na bibliografia da p. 165. Igualmente não se acredita que, idanhense de gema, não haja tido conhecimento da obra de Ana Marques de Sá, *Civitas Igaeditanorum: Os Deuses e os Homens*, editada precisamente pelo Município de Idanha-a-Nova, em 2007.

É, pois, uma obra que importava fazer, para desbravar terreno, para levantar questões e, sobretudo, para registar um património imaterial sempre em risco de se perder na época de matriz materialista em que estamos sobrevivendo.

José d'Encarnação

Publicado em *Cyberjornal*, edição de 14 de Fevereiro de 2013:

http://www.cyberjornal.net/index.php?option=com_content&task=view&id=17858&Itemid=30